

Volcker diz aos bancos que caso do Brasil é grave

Roberto Garcia
Correspondente

Arquivo — 14/7/83

Washington — Numa reunião de emergência para discutir a situação financeira do Brasil, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, recomendou aos principais credores privados do país que se preparem para negociações longas, difíceis e tensas com o governo Sarney nos próximos meses, afirmaram fontes bem informadas.

No encontro com os presidentes dos nove maiores bancos privados americanos e os principais bancos regionais do país, Baker e Paul Volcker — presidente do Federal Reserve, o banco central americano — instaram seus essas instituições particulares de crédito a encerrarem tão rapidamente quanto possível as negociações atualmente em andamento com o Chile, as Filipinas e a Argentina a fim de ficarem com a agenda livre para o caso que todos os participantes consideram mais complicado política e economicamente — o do Brasil.

Na reunião, realizada na noite de quarta-feira na agência do Federal Reserve em Nova Iorque, vários participantes manifestaram preocupação com a deterioração econômica brasileira e com a atitude e retórica pouco tranquilizantes que têm percebido tanto por parte de membros do executivo quanto do congresso do país. Diante das manifestações de temor de que o Brasil assumira uma política de confrontação nas negociações de sua dívida externa, Baker e Volcker recomendaram que os bancos resolvessem logo os casos menos complicados, de países com dívidas relativamente menores. Isso impediria a tentação de que o Brasil liderasse um cartel de devedores frustrados e passasse a exigir grandes concessões dos credores. Um banqueiro presente disse ao JORNAL DO BRASIL que “queremos ficar preparados para todas as circunstâncias”.

Num depoimento ao Congresso americano ontem de manhã, Volcker classificou publicamente a situação econômica brasileira como “crise grave”. Ele acrescentou que “nos últimos meses a inflação voltou, a confiança foi perdida em grande medida e a situação comercial se deteriorou”. Segundo o presidente do banco central americano, esses fatores afetam a posição financeira do Brasil e a capacidade do país levantar recursos no exterior. Tudo isso teria acontecido, segundo Volcker, “depois de dois anos de desempenho brilhante”.

Muitos banqueiros americanos consultados ontem pelo JORNAL DO BRASIL disseram que os rumores de centralização do câmbio pelo Banco Central do Brasil e de suspensão dos pagamentos de juros da dívida externa como “previsíveis” e “compreensíveis”, diante das cir-



Paul Volcker prevê negociações difíceis

cunstâncias atuais. Eles também lamentaram que o governo Sarney tivesse adiado tanto as correções na política econômica a ponto de perder todos os avanços conseguidos nos meses iniciais do Plano Cruzado. Todos chamaram atenção para a necessidade de uma política econômica coerente, a fim de evitar ainda maior deterioração.

Richard Huber, chefe de investimentos latino-americanos do Citibank, disse que “medidas de eficácia comprovada como um câmbio realista e uma política flexível de conversão da dívida em capital acionário de empresas” poderiam ajudar muito a curto prazo”. A longo prazo, disse ele, “não há substituto para uma política econômica coerente e confiável”.

Outros banqueiros ressaltaram que uma suspensão dos pagamentos de juros pode dar algum alívio a curto prazo mas não é suficiente. “Nós e os brasileiros achamos que taxas inflacionárias explosivas, juros de 900% ao ano e cada vez mais impostos são insuportáveis”, disse um deles.

Um alto funcionário do Manufacturer's Hanover Trust, outro grande credor brasileiro, afirmou que “um dos temas mais constantes no Brasil nos últimos meses — um acordo com o FMI — não merece a tinta que se tem gasto para discuti-lo. Se tiver uma política econômica coerente, o FMI poderia ajudar com recursos baratos mas não seria indispensável. Se não tiver, nem o FMI nem os bancos vão querer um acordo com o governo”.

Entre os elementos considerados indispensáveis numa nova política econômica os banqueiros incluem liberação do câmbio, ampla reforma fiscal, corte nos gastos governamentais e, mais a longo prazo, nova tentativa de controle de preços.